



A COMUNICAÇÃO DESDE AS BARRANCAS DO RIO: MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Ana Aparecida Frabetti Valim Alberti ¹

RESUMO: O texto pretende abordar o processo comunicacional no contexto dos movimentos sociais, no caso específico do Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB. Os objetivos são entender qual é o papel da comunicação no movimento e como ela é elaborada, como se dá a participação dos atingidos no processo e como seus produtos são trabalhados nas comunidades. O que se dará por meio da pesquisa bibliográfica e a documental, utilizando-se da entrevista aberta. Conclui-se que a comunicação é entendida pelo MAB como um instrumento político para o plano de construção nacional e de lutas. O que se dá numa dinâmica de formação e informação, viabilizada por um coletivo de comunicação que, na prática, vai além do entendimento da comunicação como simples instrumento, pois a concretiza enquanto processo.

PALAVRAS-CHAVE: *Comunicação Popular, Participativa e Comunitária; Movimentos Sociais; Comunidade.*

ABSTRACT: The text aims to address the communication process in the context of social movements, focusing on “Movimento dos Atingidos por Barragens”, MAB. The objectives are to understand what is the role of communication in the movement and how it is prepared, how is the participation of those affected people in the process and how their products are worked in communities. This analysis is going to be developed by documentary and bibliographic researches, through open interview. It is concluded that communication is understood by the MAB as a political instrument for plans of national construction and struggles. It happens in a dynamics of formation and information, which makes possible by a collective of communication that, in practice, is beyond the understanding of communication as a mere tool, because materializes as a process

KEYWORDS: *Popular Communication. Participatory and Communitarian. Social Movements. Community.*

¹ Jornalista, mestranda em Comunicação Social no Póscom da UMESp - Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: avalimalberti@yahoo.com.br

Introdução

O artigo buscou entender, a partir de pressupostos teóricos, como se dá no dia a dia o fazer comunicação no Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB, que hoje está presente em 18 estados brasileiros e atua junto a 80 mil famílias, ameaçadas de deslocamento pela construção de barragens e ou reassentadas em novas comunidades, vítimas da inundação de suas terras de origem.

O MAB é um movimento nacional que se denomina autônomo, de massa, de luta, popular, reivindicatório e político e que tem sua gênese no final dos anos de 1970 e no início dos 80, em especial nas regiões Sul, Norte e Nordeste com a construção de grandes hidrelétricas como Itaipu (PR), Tucuruí (PA), Sobradinho (BA) e outras de menor porte como as barragens dos municípios de Machadinho e Itá, divisa do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Como se dá o processo comunicacional no contexto do movimento, qual é o papel da comunicação no movimento? Como é garantida a participação das comunidades dos atingidos na produção de materiais e na gestão da comunicação? Como os materiais produzidos são trabalhados nas comunidades? Estas são questões que tentaremos esclarecer por meio de pesquisa bibliográfica e documental, bem como de entrevista aberta com militantes do MAB e profissionais que atuam no setor.

Dada a extensão do movimento e do vasto público a que se destina - os atingidos direta em indiretamente, os trabalhadores do setor elétrico e petroleiro, a sociedade como um todo - trabalhamos com a hipótese de que é remota a garantia de participação dos envolvidos, mesmo das famílias atingidas, e que as decisões e gestão da comunicação ficam a cargo da direção do movimento.

O estudo tem por objetivo geral entender qual é o papel da comunicação no contexto do movimento. Os objetivos específicos são: conhecer como se dá o processo comunicativo no MAB, suas instâncias, funcionamento, estruturas, produções, financiamento; quem trabalha a comunicação; como se dá o envolvimento das lideranças e comunidades na elaboração de conteúdo e coleta de informações.

A base conceitual do trabalho se baseou em pressupostos teóricos de autores como Beltrán, Peruzzo, Festa, Bordenave, Paulo Freire, Kaplún, Motta, no que se refere

à comunicação popular, participativa e comunitária. Os conceitos de movimento social buscamos em Gohn, Arroyo, Castells; e de comunidade trabalhamos à luz do pensamento de Tönnies, Buber, Bauman, Goldsmith.

Para o desenvolvimento do artigo, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a documental. A bibliográfica como base conceitual do estudo, como já nos referimos acima, e publicações sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens. A segunda por meio de publicações elaboradas pelo MAB, quais sejam jornais, boletins, panfletos, cartazes, cartilhas, relatórios, planos de trabalho; vídeos; cds, entre outros. Bem como utilizamos a entrevista aberta com militantes e profissionais da comunicação do MAB.

O movimento dos atingidos

A história do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB teve início no final da década de 1970, ainda na ditadura militar. Em 1978, em assembleia, convocada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Igreja Católica, com o apoio de membros da Igreja Luterana e dos sindicatos de trabalhadores rurais, agricultores expropriados de suas terras pela construção da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, criaram o Movimento Justiça e Terra por indenização justa de suas propriedades. Em 1980, acamparam diante do escritório da empresa construtora exigindo negociação sobre as indenizações. Foi o primeiro acampamento da história dos atingidos do país (BENINCÁ, 2011, p.82-83), uma prática recorrente até os dias atuais.

Em 1979, foi criada a Comissão de Barragens em oposição à construção das barragens de Machadinho e Itá, na região Sul, na Bacia do Rio Uruguai, e que, em 1980, passou a denominar-se Comissão Regional de Barragens e, posteriormente, Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB). A CRAB passou a discutir com a população formas de enfrentar o projeto para a região que previa a construção de 25 hidrelétricas até 2010. Pela primeira vez a organização da população se deu antes do início das obras.

Marco da organização dos atingidos, na região Sul, lembra Dirceu Benincá (2011, p.83), foi a 6ª Romaria da Terra, em 1983, com o tema: *Águas para a vida, não para a morte*, inscrição que mais tarde constaria da bandeira do MAB. Os atingidos encaminharam abaixo-assinado com mais de um milhão de assinaturas para o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, dizendo *Não às barragens* e pressionando a

Eletrosul e o governo contra a execução de tais projetos. Como resultado, em 1987, obtiveram acordo com a empresa estatal pelo qual a construtora se comprometia a realizar negociações coletivas, atrelar o cronograma das obras com a solução dos problemas sociais e viabilizar o reassentamento coletivo a todos os atingidos.

No Nordeste, destaca o autor (2011, p.84), organizou-se o Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, em 1979, com a primeira concentração de atingidos, em Pernambuco, frente às ameaças e impactos a serem gerados pela barragem de Itaparica, situação anteriormente vivida pelos atingidos da barragem de Sobradinho, Bahia. Com o apoio de sindicatos de trabalhadores rurais da região, segmentos da Igreja e entidades sociais, houve manifestações contra a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) exigindo os direitos dos atingidos.

Na região Norte, segundo o autor (2011, p.84), em 1981, surgiu o Movimento dos Expropriados pela Barragem do Tucuruí, no Pará, que deslocou 25 mil pessoas, em sua grande maioria, enganados por promessas não cumpridas pela Eletronorte. Houve sucessivos acampamentos em frente aos escritórios da empresa por reassentamento, indenizações justas e ressarcimento de prejuízos.

Como conta Benincá (2011, p.85), a experiência vivida pelos atingidos em determinada região, era trabalhada como conteúdo pedagógico e político em outras regiões, exemplo disso era a utilização em assembleias, reuniões e encontros do filme *Desapropriado*, de 1983, produzido pelo cineasta Frederico Fullgraff, sobre a saga dos camponeses desapropriados de Itaipu. Segundo a CPT, a película foi assistida por 300 mil pessoas, maiores de 18 anos, já que fora proibido para menores pelo Departamento de Polícia Federal sob a alegação de conter problemas de ordem político-social.

No documento publicado no I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em 1989, segundo o autor (2011, p.106), a organização se apresenta como movimento social no campo com maior diversidade, abrangendo uma população não homogênea que pode se organizar de diferentes formas na resistência das barragens: antes do início das obras, depois dessa fase ou mesmo após o enchimento do reservatório.

No entanto, a fundação oficial do MAB se deu em 1991, em Brasília, por ocasião do Primeiro Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, com a missão de organizar e mobilizar as lutas em defesa dos direitos dos atingidos e por um modelo

energético popular em contraposição à política capitalista de produção de energia elétrica no Brasil². Atualmente o movimento está presente em 18 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba, Ceará, Sergipe, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rondônia e Pará. A data de encerramento do congresso, 14 de março, foi estabelecida como Dia Nacional de Luta contras as Barragens.

A consolidação do movimento, em nível nacional, se deu nos anos de 2000 a 2005, quando se espalhou por todas as regiões, na organização dos atingidos por barragens, lembra Liciane Andrioli³, membro da Coordenação Nacional e militante na área de formação, desde 2000. Formada em pedagogia, ela é filha de uma família de atingidos pelas barragens de Itá e Machadinho, na divisa do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que foram obrigados a deixar as terras e mudar para um reassentamento, quando ela tinha nove anos de idade. A gente diz que o MAB começa na barranca do rio, “é lá que o movimento trabalha com as famílias que vão ser atingidas, potencializando a organização”.

O MAB articula-se com organizações de atingidos de vários países (Chile, Colômbia, Venezuela, Argentina, Paraguai, México, Nicarágua, Guatemala, Tailândia e Índia) e integra-se organicamente à Via Campesina, movimento internacional que congrega o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), MMC, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab). Participa da Comissão Mundial de Barragens com representantes do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, governos, empresas e organizações não governamentais, conforme destaca Benincá (2011, p.99).

No entanto, a articulação, em nível internacional, já se dava na década de 90. Em 1997 aconteceu, em Curitiba, o 1º Encontro Internacional dos Atingidos por Barragens,

² O modelo energético tem significados diferentes para trabalhadores e empresários. Para o MAB modelo significa a política energética necessária para o desenvolvimento das forças produtivas e com a distribuição da riqueza à classe trabalhadora, à adequada sustentabilidade ambiental e garantia da soberania nacional e energética. Para os setores hegemônicos, modelo energético é a política energética que visa responder à demanda de mercado (MAB, s.d).

³ Entrevista concedida no dia 26/11/2014.

com a participação de delegados de 20 países da Ásia, África, América e Europa, que aprovou a plataforma internacional de lutas dos atingidos e a definição da data 14 de março como Dia Internacional de Luta contra as Barragens, pelos Rios, pela Água e pela Vida. Seguido do segundo, na Tailândia, em 2003, e do terceiro, em 2010, no México (MAB, 2013).

A proposta do MAB, segundo Andreoli, é o reassentamento coletivo pelo qual a empresa construtora da barragem se compromete a promover as condições adequadas para que as famílias continuem suas atividades, sem maiores prejuízos, além dos já sofridos com o deslocamento forçado. Neste sentido, o movimento tenta transportar o vínculo comunitário para o novo lugar, exigindo além da construção de casas e paióis, a igreja, a escola, o espaço de diversão, cenário típico das comunidades rurais, argumenta Andreoli.

No processo de deslocamento e reassentamento das famílias atingidas, o MAB mapeia fazendas que comportem de 20 a 70 famílias, mobiliza e organiza os envolvidos para o enfretamento e reivindicação de seus direitos junto às empresas. Assim foi, lembra Andreoli, quando sua família atingida pela barragem de Itá teve de se mudar para um reassentamento. Através da luta, conseguiram formar uma nova comunidade com 54 famílias que tinham laços de aproximação. Mas nem sempre é assim, afirma. Ainda hoje, as empresas tentam negociar individualmente com as famílias, na perspectiva de pagar menores preços por suas propriedades ou mesmo de desconstruir o movimento.

Para viabilizar sua ação, o MAB conta com uma Coordenação Nacional, formada por até 130 pessoas lideranças que atuam nos Estados; uma Direção Nacional, composta por 39 militantes, e um Grupo Operacional de Direção que se reúne, periodicamente, para resolver as questões imediatas. Essas três instâncias se repetem nos Estados, explica Andreoli. Além dos coletivos de Comunicação; Formação; Auto-sustentação; Articulação Política Nacional e Internacional; Mulheres, e para o próximo período a meta é consolidar o de Educação Infantil. Segundo Andreoli, a comunicação sempre esteve presente desde que existe o MAB dada a necessidade do movimento de divulgar suas ações. O Coletivo de Comunicação perpassa por toda a organização, cujo funcionamento detalharemos mais adiante.

O que é movimento social

Para entender como se dá o processo de comunicação no contexto do Movimento dos Atingidos por Barragens apresentaremos alguns conceitos teóricos que nortearão este estudo. Começamos pelo conceito de movimento social. Maria da Glória Gohn (2011, p.335) o define como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas. Formas que, na ação concreta, podem adotar diferentes estratégias que vão desde a simples denúncia, à pressão direta, por meio de marchas, mobilizações, concentrações, distúrbios à ordem estabelecida, atos de desobediência civil, e até as pressões indiretas. Representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como “força-tarefa”, mas como “campo de atividades e experimentação social”. Constituindo e desenvolvendo, segundo ela, o chamado empoderamento de atores da sociedade civil organizada e criando identidades para grupos antes dispersos e desorganizados.

Segundo Cicilia Peruzzo (2013, p.75) um movimento social pressupõe a existência de um processo de organização coletiva e se caracteriza pela consistência dos laços, bem como por identidades compartilhadas, certa durabilidade e clareza não só no uso de táticas – mobilizadoras, comunicativas, civil-judiciais etc – mas também nas estratégias, como as que envolvem um projeto amplo de sociedade ou programas para determinados setores.

De acordo com Miguel Arroyo (2003, p.28-49), os movimentos sociais nos remetem ao perene da condição humana, ou seja, a terra, o lugar, o trabalho, a moradia, a infância, a sobrevivência, a identidade e diversidade de classe, idade, raça ou gênero. Eles se alimentam das velhas e tradicionais questões humanas “não respondidas” e retomam as velhas lutas no que se refere aos direitos humanos mais elementares “perenes não garantidos pelas novas tecnologias, nem pelo instrumental, nem pela sociedade do conhecimento [...] e tantas outras promessas da modernidade e do progresso”. Assim, segundo Arroyo, os movimentos sociais “geram um saber e um saber-se para fora [...]”. Os sujeitos que deles participam “vão sendo munidos de interpretações e de referenciais para entender o mundo lá fora, para se entender como coletivo nessa ‘globalidade’ [...] de saberes, valores, estratégias de como enfrenta-lo”.

Manuel Castells (2012, 209-230) afirma que os movimentos sociais são alavancas da mudança social. Surgem normalmente de uma crise nas condições de vida insuportável à maioria das pessoas e que move uma profunda desconfiança em relação às instituições políticas da sociedade. Esses dois aspectos induzem às pessoas a tomar seus assuntos nas mãos, “participando em ações coletivas diferentes dos canais institucionais prescritos, para defender suas reivindicações e, em última instância, mudar os governantes” (tradução nossa).

O que é comunidade

Outro conceito importante quando se pretende investigar a comunicação nos movimentos sociais, é o de comunidade. Cicilia Peruzzo e Orlando Berti (2010), afirmam que os conceitos clássicos do termo vêm do sociólogo alemão, Ferdinand Tönnies, ainda no século XIX. Pensamento que trouxe “o ideário de comunidade universal e perfeita”, tomada como um organismo vivo, “uma forma de vida em comum”, “verdadeira e duradoura”, conceito que vem do alemão *Gemeinschaft* e que se expressa em comunidades de sangue (parentesco), de lugar (vizinhança) e de espírito (amizade). Em contraposição à sociedade, *Gesellschaft*, vista pelo teórico como agregada de mecanismos de mercado capitalista, socialmente menos agregadora.

Na linha de Tönnies, Martin Buber (1987, p.33-61), afirma que a finalidade do que chama de nova comunidade é “si-mesma e a Vida”. Ela é “a interação viva dos homens íntegros e de boa têmpera na qual dar é tão abençoado como tomar [...] comunidade e vida são uma só coisa [...] é fim e fonte de Vida” (1987, p.34). A nova comunidade, diz Buber, não quer reformar, “a ela importa transformar” (p.38). Para ele, a vida comunitária não é mais um “viver-um-no-outro’ primitivo, mas um viver-aolado do-outro’ ajustado” (1987, p.53).

Segundo Zygmunt Bauman (2003, p.7-68), a comunidade é um lugar cálido, confortável e aconchegante. “É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado”. Nela, as pessoas podem contar com a boa vontade das outras. E alerta que nos tempos “implacáveis em que vivemos” de competição e de desprezo pelos mais fracos, a palavra comunidade “soa como música aos nossos ouvidos” porque, segundo ele, ela é

um tipo de mundo que não está ao nosso alcance. “É outro nome do paraíso perdido [...] ou ainda esperado”.

Marshal Goldsmith (1999, p.131-147) fala da comunidade de escolha, um tipo de comunidade mais aberta, participativa, que possibilita ao indivíduo fazer parte, não de ser escolhido. Ela surge em contraponto aos tipos de comunidades tradicionais ou de obrigação, tais como as geográficas, religiosas, organizativas, de interesses. Por isso, seus membros, podem abandoná-la quando se sentirem molestado, e os que se sentem “partícipes ao elaborar a visão provavelmente terão uma intervenção mais ativa na comunidade” (p.44 tradução nossa). É imprescindível, afirma, que os membros se sintam valorizados e aceitos, para se converterem em militantes (tradução nossa).

Para Peruzzo e Berti (2010), a comunidade de escolha de Goldsmith contribui para a comunicação comunitária, tema que discutiremos a seguir, pois instigam a democracia e participação.

Comunicação popular, participativa, comunitária

Para entendermos a comunicação que se faz no interior dos movimentos sociais é importante resgatar como esse tipo de comunicação, que leva vários nomes: alternativa, popular, participativa, comunitária, horizontal, entre outros, surgiu, se consolidou e como se conceituam.

Regina Festa (1986, p. 25) lembra que “a comunicação popular no Brasil nasce efetivamente a partir dos movimentos sociais, mas, sobretudo da emergência do movimento operário e sindical, tanto na cidade como no campo.” Ela afirma que assim como a comunicação de massa, a alternativa e a popular se desenvolveram como resultado do próprio desenvolvimento do capitalismo. Segundo Festa, o período que vai de 1978 a 1983 foi o mais rico da emergência popular, “[...] quando parcela representativa dos movimentos sociais retoma, toma nas mãos, as rédeas do destino histórico que quer construir [...]” (FESTA, 1986, p.173).

Como explica Peruzzo (2008, p.367-379), a comunicação popular também foi denominada alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, conforme o lugar social do tipo de prática e da percepção dos estudiosos. Entretanto, destaca que o sentido político é o mesmo: “uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população”, mas “em processo de mobilização visando

suprir suas necessidades de sobrevivência e participação política com vistas a estabelecer a justiça social”.

Para ela, esse modelo comunicacional não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como “um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares”. Ação que tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo”, termo entendido como as classes subalternas situadas em oposição das classes dominantes, na sociedade, como protagonista principal, “o que a torna um processo democrático e educativo”. Trata-se de um instrumento político das classes subalternas no sentido de externar sua concepção de mundo, “seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa”.

Peruzzo destaca que essa linha de comunicação, seja na pesquisa e na prática, se inspira em concepções de Paulo Freire no que se refere à dialogicidade na educação e a defesa da posição transformadora do ser humano no mundo. Para Freire (1971, p. 67), o que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo.

Na comunicação, afirma Freire, não há sujeitos passivos, “os sujeitos cointencionados ao objeto de seu pensar se *comunicam* seu conteúdo”. Neste sentido, adverte o educador, para que seja eficiente é indispensável ao ato comunicativo o acordo entre os sujeitos, “reciprocamente comunicantes”. Em resumo, para Freire, a comunicação eficiente exige que os seus interlocutores “incidam em sua, ‘ad-miração’ sobre o mesmo objeto; que o expressem através de signos pertencentes ao universo comum a ambos, para que assim compreendam de maneira semelhante o objeto da comunicação.”

Outro referencial na constituição do conceito de comunidade ligado à comunicação é Antonio Gramsci que, na década de 1930, “instaurou o caráter formativo da cultura naquilo que entendia como hegemonia” (PAIVA; GABBAY, 2014, p.47). Ou seja, que a soberania e os equipamentos de controle social “estão concentrados não apenas nas relações políticas e econômicas, mas também no direcionamento moral e ideológico da cultura, dos meios de comunicação, dos mecanismos de relacionamento humano”. A literatura gramsciana no Brasil, no período da ditadura militar, contribuiu

para a associação direta entre as ações comunitárias e coletivas e a ideia de contra-hegemonia, expressa na comunicação popular, sobretudo dos anos 1970 e os 80.

Luis Ramiro Beltrán (1981, p.30) define comunicação como um processo de interação social democrática que se baseia no intercâmbio de símbolos pelos quais os seres humanos “compartilham voluntariamente suas experiências sob condições de acesso livre e igualitário, diálogo e participação [...] com o propósito de satisfazer suas necessidades de comunicação por meio da utilização dos recursos” da mesma (tradução nossa).

Segundo Juan E. Díaz Bordenave (1997, p.7-8), é na década de 1970 que se dá a descoberta do que chamou de “homem social”, quando se passou a dar importância ao fato de o homem ser, ao mesmo tempo, o produto e o criador de sua sociedade e sua cultura. A constatação pela sociedade civil de que o vasto poder da comunicação não é utilizado para promover o crescimento integral das pessoas de todas as classes sociais dá início à luta contra esse modelo comunicacional. Empregado “como um narcótico que oferece ao povo ‘pão e circo’ em troca de sua desistência da luta pela transformação da sociedade” (1997, p.100). Luta que, diz Bordenave, passa a adotar as formas de movimentos em favor de tipos de comunicação chamados alternativa, participativa, militante, popular, de resistência, folclórica ou tradicional.

“[...]o homem social, até agora reduzido à qualidade de um parâmetro numa equação econômica e submetido a um planejamento hierarquizado que não o consulta seriamente, hoje luta por uma sociedade participativa, igualitária e antielitista. A transformação de uma sociedade liberal representativa numa sociedade participativa passa forçosamente pela participação pessoal, e esta passa forçosamente pela comunicação. Deseja-se colocar o poder da comunicação a serviço da construção de uma sociedade onde a participação e o diálogo transformantes sejam possíveis (BORDENAVE, p. 100).

Luiz Gonzaga Motta (1987, p.42) afirma que no contexto de acumulação capitalista e da luta pela sobrevivência, as classes populares “necessitam dispor amplas informações relevantes e de canais para expressar seus inconformismos e reivindicações”, frente ao aumento da necessidade de receber e transmitir mensagens. Na busca para seus problemas cotidianos, assegura, a imaginação popular cria ou reinventa novas e originais formas de expressão própria. Esses canais, argumenta, muitas vezes são efêmeros e seus conteúdos ambíguos e a estas formas alternativas de

comunicação, se convencionou chamar de Comunicação Popular, “uma comunicação feita pelo povo e para o povo”. O que não quer dizer, justifica, que ela deva ser feita com participação apenas de indivíduos e grupos das camadas populares.

Segundo Mario Kaplún (1985, p.13), “nós buscamos ‘outra’ comunicação: libertadora, participativa, conscientizadora, problematizante” (tradução nossa). Ele entende que neste tipo de comunicação é preciso avançar de forma paciente, passo a passo, sabendo que a participação é um processo, “não se dá de um dia para outro, nem tampouco por geração espontânea: há que saber estimulá-la” (tradução nossa). Referindo-se ao comunicador popular, Kaplún lembra que a verdadeira comunicação não começa falando, mas escutando.

Comunicação no MAB

A comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragens, segundo Liciane Andreoli, da Coordenação Nacional do MAB, é de responsabilidade do Coletivo de Comunicação, juntamente com a direção política do movimento. Coletivo que é composto por uma equipe nacional de profissionais da área, locada na sede, em São Paulo, e por representantes militantes indicados pelos estados de todo o país onde o MAB atua e que se reúne pelo menos duas vezes ao ano.

A equipe nacional coordena todo o processo comunicativo e é formada por quatro jornalistas profissionais que atuam na construção e manutenção do site, na elaboração do jornal impresso, cartilhas, cartazes, panfletos, postais, cds, dvds, banners. Os representantes que militam nos estados garantem a informação na ponta, “nas barrancas do rio”, e desde lá trazem notícias do que acontece nas comunidades atingidas. São militantes do movimento que atuam também na comunicação, entre eles cinco jovens atingidos formados em Jornalismo, financiados pela Via Campesina da qual o MAB faz parte, conta Liciane.

O Coletivo de Comunicação foi criado em 2006 com a realização de um curso de formação para os militantes indicados, jovens, em sua maioria, e oficina de elaboração de notas para a imprensa. Somos todos militantes, explica Alexania Rossato⁴, jornalista e coordenadora da Comunicação do MAB, que embora não seja

⁴ Entrevista realizada no dia 08/12/2014.

atingida, viveu de perto a experiência das famílias vitimadas pela barragem Dona Francisca, construída no município de Nova Palma, Rio Grande do Sul. Sua atuação junto ao movimento teve início numa atividade conjunta entre a Pastoral da Juventude Rural, da qual participava, o Sindicato dos Trabalhadores, do qual sua mãe era presidente, e o MAB, realizada na área que seria inundada. Após se formar, em jornalismo, em 2004, passou a militar na organização.

Ela lembra que a comunicação sempre foi uma preocupação do MAB. O primeiro jornal foi o *A Enchente do Uruguai*, bastante simples, mas muito influente feito pelos próprios militantes, e que tinha importante papel na unidade do movimento, no fortalecimento da organização e no sentimento de pertencimento dos atingidos, na região Sul. Ainda nos anos 1980, os mais antigos contam que as famílias atingidas se reuniam, aos domingos à tarde, para ouvir o programa do movimento veiculado em espaço pago na rádio comercial.

Atualmente, a comunicação do movimento se viabiliza por meio do Jornal do MAB, bimestral, com uma tiragem de dez mil exemplares, e distribuído em todo o país; além do site, que teve mais de 64 mil acessos, no período de 1º de janeiro a 05 de dezembro de 2014. Ainda neste ano foi intensificado o trabalho nas mais variadas redes sociais, com fotos (Flicker), vídeos (Youtube), textos em PDF (ISSU), Twitter, áudios (Soundcloud) e principalmente com o Facebook, cuja página chegou a 8.172 seguidores. Além da produção de cartilhas, cartazes, panfletos e outros materiais e de assessoria de imprensa junto aos grandes meios de comunicação, aos jornais alternativos e setores de comunicação dos demais movimentos sociais nacionais e internacionais⁵.

A partir de 2008, houve um avanço na produção de audiovisuais, com a participação de três jovens do MAB que fizeram um curso oferecido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Os vídeos produzidos na época, bem como os que se seguiram, explica Rossato, são utilizados no trabalho com os grupos de base das

⁵ Todas as produções – vídeos, cartilhas, jornais, notícias diárias – podem ser acessados no site do MAB (www.mabnacional.org.br)

comunidades atingidas e reassentadas onde o movimento atua. Somente em 2014 foram produzidos 24 audiovisuais de diversos formatos e duração, abordando temas referentes à questão da energia, dos direitos dos atingidos, das ações do movimento, bem como relativas a políticas sociais gerais. Nessa área desenvolveu-se também o Cinema nas Comunidades, atividade que reúne as famílias atingidas para assistir e debater a produção.

Rossato lembra que o movimento tem dado um salto importante no entendimento do papel da comunicação no seu contexto, definida no Plano de Comunicação 2010-2014 do MAB como “um instrumento político” do movimento, “fundamental para o plano de construção nacional e para o plano de lutas”. O documento afirma ainda que ela tem um papel de máxima importância para “unificar a linha de denúncia, para disputar e criar opinião na sociedade, para informar e formar o povo, para dar legitimidade e expandir a ideologia defendida pelo Movimento”.

Considerações finais

A pesquisa constatou o trabalho descomunal do Coletivo de Comunicação do MAB no desenvolvimento do processo comunicacional para dentro e para fora do movimento. Dado o enorme leque de demandas e as exigências que a atividade requer, da amplitude dos públicos que vão além dos atingidos por barragens, passando pelos trabalhadores do setor elétrico e petroleiro. Bem como da complexidade do tema que envolve o modelo energético no Brasil e suas nuances – preço da luz, falta de acesso, impactos sociais e ambientais das barragens; e ainda pela violência e repressão sofridas por lideranças do movimento e famílias atingidas na luta por seus direitos. Elementos que exigem da equipe constante aprofundamento teórico e empírico para que a comunicação se efetive, desde as barrancas dos rios, até os setores envolvidos e à população em geral, no território nacional e no exterior.

Diante desse quadro, garantir a participação dos envolvidos no processo comunicacional seria praticamente impossível. Entretanto, iniciativas como a criação do Coletivo de Comunicação que conta também com representantes que atuam no MAB em 18 estados, entendemos ser uma expressiva forma de garantir a participação do conjunto dos atingidos no processo comunicativo do movimento, quer na discussão de

temas, na coleta de informações e elaboração dos conteúdos, ou das demandas locais e regionais.

O depoimento de Alexania Rossato, coordenadora da Comunicação do MAB, ilustra bem esse esforço. Como disse, o alto índice de analfabetismo entre as famílias atingidas por barragens na região Norte, por exemplo, é um desafio para a comunicação. Para contornar a dificuldade, os militantes que atuam nos grupos de base selecionam uma matéria de importância para a realidade local e a trabalham, com a participação efetiva dos membros, por meio da confecção de cartazes e desenhos. Ou ainda lançam mão de vídeos que possam subsidiar também a discussão. É um trabalho grandioso que temos de fazer, assegura a jornalista.

Como determina o Plano de Comunicação do MAB, a comunicação é uma tarefa que diz respeito à direção do movimento, bem como a outros setores, é um instrumento do movimento, “portanto deve ser construída coletivamente a partir de uma estratégia política e deve refletir o nível de organização e de demandas do movimento”. Eis o desafio.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. “Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos movimentos sociais?”. *Currículo sem Fronteiras, Associação Brasileira de Currículo (ABdC)*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, jan-jun de 2003, pp.28-49.

BAUMAN, Zygmunt. “Uma introdução ou bem-vindos à esquiva comunidade”. Tradução Plínio Dentzien. In: **Comunidade a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, pp.7-68.

BELTRÁN, Luis Ramiro. Adiós a Aristóteles: la comunicación “horizontal”. In: *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*. A.7. n.7:12-36, 2007. Disponível em: <http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/42/41> Acesso em 15/12/2014.

BENINCÁ, Dirceu. *Energia & Cidadania a luta dos atingidos por barragens*. São Paulo: Cortez, 2011.

BUBER, Martín. “Nova e antiga comunidade”. Tradução de Newton Aquiles von Zuben. In: **Sobre a comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987, pp.33-61.

CASTELLS, Manuel. “Cambiar el mundo em la sociedade red”. In: *Redes de indignación y esperanza*. Espanha: Alianza Editorial, 2012. pp.209-230.

DÍAZ BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é comunicação*. São Paulo: Brasiliense, 1997. Coleção primeiros passos 67.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo da (Orgs). *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo, Paulinas, 1986.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GOHN, Maria da Gloria. “Movimentos sociais na contemporaneidade”. *Revista Brasileira de Educação: ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*, Rio de Janeiro, v.16, n.47, maio-ago de 2011 pp.333-341.

GOLDSMITH, Marshall. “Comunicaciones globales y comunidades de elección”. In: HESSELBEIN, Frances *et al* (orgs). *La comunidade del futuro*. Granica: Buenos Aires, Barcelona, Cidade do México, 1999, pp.131-147.

KAPLÚN, Mario. *El comunicador popular*. Buenos Ayres: Lumen, 1985.

MAB. *Energia para quê e para quem?*. São Paulo, s.d.

MAB. *Afirmações políticas do 7º encontro nacional do MAB – água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular*. São Paulo, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. “Brasil: alternativa popular: comunicação e movimentos sociais”. In: SIMPSON GRINBERG, Máximo (org). *A comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1987, pp. 37-71.

PAIVA, Raquel; GABBAY, Marcelo. Comunicação Comunitária. In: CITELLI CITELLI, Adilson; BERGER, Christa; BACEGGA, Maria A. *et tal* (ogs). *Dicionário de comunicação escolas, teorias e autores*. São Paulo, Contexto, 2014, pp.43-53.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. “Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que `o gigante acordou`(?)”. *Matrizes: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo*, São Paulo, n.2, jul-dez de 2013, pp.75-93.

_____”Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor”. *Palavra Clave: Revista da Universidad de La Sabana*, Bogotá, v.11, n.2, dezembro de 2008, pp. 367-379.

PERUZZO, Cicilia M. M. Krohling; BERTI, Orlando M. de Carvalho. “As novas configurações das comunidades comunicacionais nas `comunidades de escolha`”. *I Colóquio Brasil-China de Ciências da Comunicação*. Intercom, Vitória, 12/13 maio de 2010.